



Notícias do Bra(z)il: os Discursos da Ditadura nos Jornais do Juruá¹

Milton Chamarelli Filho²

RESUMO

A presente comunicação destina-se à análise dos discursos produzidos à época da ditadura militar, em Cruzeiro do Sul. Para tanto, fomos buscar informações nas únicas fontes disponíveis: os jornais O Rebate e O Juruá, que eram publicados por João Mariano (jornalista notório saber que acumulava todas as funções da fase de produção dos jornais). Nestes periódicos, encontramos discursos que ratificavam os "discursos oficiais" a partir da *formação discursiva* que os compunham.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; jornais do Juruá; ditadura militar

Considerações Iniciais

O direito à linguagem sempre esteve ligado ao poder. Aqueles que podiam e podem fazer uso dela – se pensarmos, por exemplo, nas monarquias e no poder da Igreja durante o Medievo – sempre constituiu um domínio sobre a palavra, domínio este que conferiu e confere à linguagem uma aura de notoriedade e de credibilidade.

Com a imprensa e a difusão em massa de informações, a transmissão de idéias ganha proporções não antes imaginadas. Com o surgimento dos centros urbanos, das metrópoles, aos poucos, esse poder vai disseminando-se pelas várias instituições a quem coube a tarefa de retificar ou ratificar as posições ideológicas, as tomadas de decisões do estado. Se antes o estado impunha o seu ponto de vista pela força, pelos Aparelhos Repressivos, conforme coloca Althusser (ibidem, p. 74), agora, ele se faz ouvir pelas idéias que devem ser divulgadas pelos Aparelhos Ideológicos do Estado³.

Coube ao jornal, enquanto aparelho ideológico, principalmente nos séculos XIX e XX, a tarefa de: “desempenhar um papel nada negligenciável na produção de capital simbólico, isto é, do crédito social que permite a certos indivíduos ocupar posições de autoridade em determinados campos” (MIGUEL, 1999, p. 201) e, com isso, propalar as virtudes ou as agruras cometidas pelo estado, considerando-se o papel daqueles que

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 27 a 29 de maio de 2010.

² Professor Adjunto do Curso de Letras e do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre, *Campus Floresta*. E-mail: phaneron1@hotmail.com

³ Althusser (2001, p. 85) considera a ideologia como “a relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência”. É então a ideologia um conceito basilar para a Análise do Discurso de linha francesa, na medida em que esta procura refletir sobre as práticas discursivas enquanto reprodução das relações de produção e de poder de uma sociedade. Assim, se a ideologia se materializa por meio da linguagem, o poder *sobre* a palavra passa a ser tão válido quanto o poder *da* palavra.



podiam ocupar posições favoráveis ou contrárias ao *status quo*. Essas posições perpassam os discursos, notoriamente nos períodos conflagrados por disputas de poder e idéias, como ocorreu na época da ditadura militar no Brasil.

Se o jornal tem o poder de chancela sobre a linguagem, o que por ele será divulgado dependerá de uma validação prévia do que efetivamente poderá ser dito. Não por acaso nos governos autoritários existem interdições e mecanismos de censura que impedem ou autorizam a divulgação de conteúdos informativos, artísticos, dentre outros; casos notórios de “mecanismos de controles do discurso”, segundo Foucault (1973).

Assim, torna-se sintomático o fato de que a linguagem é uma ameaça àqueles que sabem que, por meio dela, pode-se “produzir capital simbólico”, na medida em que essa produção confere legitimidade sobre ela. Essas ameaças ganham forma a partir da posição social que os sujeitos ocupam porque, a depender do “lugar” em que situam, podem ter ou não sua palavra chancelada. Sendo assim:

A ditadura não se manteve só com violência física. Ela soube se valer de uma propaganda ideológica massacrante. Numa época em que todas as críticas ao governo eram censuradas, os jornais, a tevê, os rádios e revistas transmitiam a idéia de que o Brasil tinha encontrado um caminho maravilhoso de desenvolvimento e progresso. Reportagens sobre grandes obras do governo e o crescimento econômico do país convenciam a população de que vivíamos numa época incrível. Nas ruas, as pessoas cantavam: “Ninguém segura esse país”⁴.

Por conta disso, a palavra é um lugar que, de onde se vigia, se é também vigiado. A palavra não é o signo neutro e transparente conforme supunha Saussure, mas o lugar onde são travados os embates dos sentidos (Bakhtin, 1992).

Como a linguagem é o lugar por meio da qual é travada a luta ideológica, os meios nos quais ela flui acabam também por exercer um controle sobre a opinião daqueles a quem ela é dirigida. Sendo assim, é natural pensarmos que o jornal tinha legitimidade para com o seu público. Como coloca Charaudeau (1997): “cada mídia tira sua legitimidade de um: ‘é bem isto que é o mais importante, já que todas as mídias o falam’. Observemos então o contexto e objeto de nossa pesquisa.

Sobre os jornais aqui analisados/o *corpus*

Por serem os jornais os locais onde os discursos são colocados publicamente, é notório que num período de cerceamentos de liberdades, como ocorre nos regimes

⁴ Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/ditadura.htm>



totalitários, os direitos à palavra sejam abolidos; foi o que aconteceu no Brasil, na época da ditadura militar.

É fato que a censura existiu dentro dos jornais. Os censores usavam seu crivo para abonar ou não os conteúdos a serem divulgados. Quando se supunha que um texto pudesse ser contra o regime, era vetado. Logo, os jornais que se colocavam contra o regime “edulcoravam a pílula” que tinha que ser digerida, a contragosto, pela população.

No Acre⁵, mais especificamente em Rio Branco, na época da ditadura, há dois jornais que assumem discursos diferentes quanto ao golpe: O Rio Branco e O Varadouro (BONIFÁCIO, 2008). Em Cruzeiro do Sul, há também dois periódicos, mas à diferença do que ocorre em na capital acriana, não se contrapõem: O Juruá e O Rebate, ambos, redigidos, montados, revisados e distribuídos pelo jornalista João Mariano. Esses jornais eram, vale saber, a única fonte de informação escrita a que a população do vale do Juruá tinha acesso. Sua periodicidade era irregular e neles se procurava sempre retratar desde os fatos mezinhos aos fatos ocorridos em âmbito nacional⁶. Embora, na parte redacional, recebesse também algumas contribuições externas, Mariano era o único responsável pela feitura dos jornais.

Para fazermos as análises desses jornais, trabalhamos basicamente por meio da observação do léxico, por supormos que, como repositório dos signos de uma língua, seja o local onde se torna mais visível a dimensão semântica. Isso porque a utilização de um item lexical sinaliza para a posição social de quem enuncia, de que *lugar* social fala. Como afirma Baccaga (2000, p. 46): “a palavra nunca está só – ela sempre aparece acompanhada. Ela está sempre num discurso, ou seja, é no discurso, que Pêcheux denomina formação discursiva que a palavra assume seu significado”.

Nesse sentido, as formações discursivas “determinam o que pode e deve ser dito a partir de um determinado lugar social” (MUSSALIM, 200, p. 119), demarcam e delimitam o espectro conceitual dos discursos e, por conseguinte, do léxico. Sendo assim:

[...] uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formação”, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva. Assim, uma FD, ao definir-se sempre em relação a um externo, ou seja, em relação a outras FDs, não pode mais ser concebida

⁵ Cabe aqui uma ponderação no que diz respeito à cronologia dos fatos que são foram observados por essa pesquisa: o Acre tinha acabado de ser elevado à categoria de Estado pela lei sancionada pelo então presidente João Goulart, em 15 de junho de 1962. Ou seja, o Estado contava com dois anos de idade, quando ocorreu o golpe de 64.

⁶ Na época, além dos jornais, havia apenas a Rádio Difusora.



como um espaço estrutural fechado. Ela sempre será invadida por elementos que vêm de outro lugar, de outras formações discursivas. Neste sentido, o espaço de uma FD é atravessado pelo “pré-construído”, ou seja, por discursos que vieram de outro lugar (de uma construção anterior e exterior) e que são incorporados numa relação de confronto e aliança. (idem, ibidem).

Mais especificamente, o que observamos nesse trabalho diz respeito à forma como nos jornais O Juruá e O Rebate os discursos são construídos a partir do léxico que os caracteriza.

Vejamos abaixo alguns trechos, selecionados de nosso *corpus*.

Na edição do jornal O Juruá, de 03 de maio de 1964, lê-se: “Diálogo para registrar: SENADOR – General, como puderam os senhores organizar esta revolução e executá-la com tanta rapidez? [...]”. Na mesma edição, poder-se ler: “As Forças Armadas salvaram o Brasil do perigo comunista. Resta ao povo a OBRIGAÇÃO DE AJUDAR O GOVERNO A FAZER A RECONSTRUÇÃO DA PÁTRIA”. Ainda, nesta mesma edição, pode-se ler “LEMBRETE jovens Acreanos” “Dirijo-me aos meus conterrâneos acrianos, mais moços, carentes de experiência. A nossa pátria acaba de passar por um transe dos mais difíceis em sua vida política. Estivemos à beira do abismo onde por pouco não caímos. Livramo-nos dele, como de um pesadelo, ou de uma roupa que nos está queimando no corpo.” [...] O Brasil estava sendo destruído e quando menos esperasses, teríamos uma ditadura do tipo cubano. [...] Graças a Deus para gáudio nosso as Forças Armadas mais uma vez deram prova de seu alto espírito democrático, de seu desapego à coisa pública e fizeram estancar o sangue do ferimento social [...]”.

Na edição do jornal O rebate, de 19 de julho de 1966, pode-se ler: “O número de fatores negativos que a Revolução teve que enfrentar é de tal monta que se pode considerar um verdadeiro milagre ter sido possível manter a segurança nacional interna e a liberdade de expressão, através da palavra falada e escrita”. Nesta mesma edição, na mesma coluna, pode-se ler: [...] o presidente Castelo Branco lavrou um tento, demonstrando que é um velho cearense, um velho nordestino, da mesma fibra daqueles heróicos desbravadores que souberam enfrentar as endemias, as onças, os jacarés, animais peçonhentos de toda espécie [...]”.

Na edição do jornal O Rebate, de 28 de setembro de 1966, pode-se ler: “Sob o pretexto de afastar o perigo comunista, e não se pode negar que de fato a coisa estava perigando”.



Na edição do jornal O Juruá, de 15 de julho de 1968, lê-se: “Agitações Estudantis” “Em quase todos os países do mundo, hoje, se verificam agitações dos estudantes, mas um paradoxo interessante é que nos países democráticos, como no Brasil, os estudantes fazem agitações deixando-se notar franca infiltração socialista; enquanto nos países da chamada cortina de ferro, como Iugoslávia, Tchecoslováquia e outros se revoltam contra o regime, como explicar esta anomalia?”

Análise e conclusão

Nos jornais analisados, encontramos várias ocorrências de itens lexicais que assinalam a posição ideológica que era tomada por eles, conforme se pode constatar na bipartição da tabela abaixo:

Itens lexicais relacionados aos militares, às suas características, às suas ações.	Itens lexicais relacionados aos que eram contra o regime ou a fatos que caracterizam os as atitudes daqueles que eram contra o regime.
revolução	perigo
salvar	transe
reconstrução	à beira do abismo
gáudio	caímos
alto espírito	pesadelo
desapego à coisa pública	destruído
estancar o sangue	ferimento social
verdadeiro milagre	agitações estudantis
lavrou um tento	infiltração socialista
fibra	a coisa
heróicos desbravadores	perigando

Pode-se observar que os elementos do léxico, contidos nas duas colunas da tabela acima, foram distribuídos da seguinte forma: a partir de valores que qualificam os militares e seus feitos e a partir de valores que caracterizam o regime e as atitudes de quem era contra ele.

Constata-se que as palavras e expressões que caracterizam os militares ou as suas atitudes são sempre consideradas “positivas”. Constata-se também que as palavras e expressões que caracterizam as atitudes de quem era contra o regime são sempre consideradas “negativas”.

Sendo assim é que, por exemplo, a metáfora da “revolução” opõe-se a de “golpe”. A respeito desse aspecto, afirma Bonifácio (ibidem, p. 76 a partir de Pollack (1989)):

Revestir o golpe de 1964 com aspecto de “revolução” foi tarefa defendida pela mídia. Era necessário que naquele momento de crise e mudanças se



construísse uma nova tradição, definindo que eventos e pessoas deveriam ser lembrados e quais deveriam ser esquecidos.

Ou seja, a idéia de “revolução” construiu e suscitou nos imaginários a idéia de que a tomada de poder se dava em favor de uma ‘transformação’ da ordem social, na medida em que se supunha que esta já se havia deteriorado, ao contrário da noção de “golpe” que sugere uma ‘subversão da ordem constitucional’. Por conta desse fato, é que os militares, nos discursos da mídia conservadora e nos discursos dos jornais aqui analisados podem aparecer como “heróis”, responsáveis pelo “milagre”, ou como “heróicos desbravadores”, como se pode observar a partir da comparação feita entre o presidente Castelo Branco com os “nordestinos de fibra”. Sobre a construção dessa imagem, diz-nos Bonifácio (idem, ibidem):

A disseminação de imagens positivas dos líderes do regime militar pelos “manipuladores de bens simbólicos” não estava limitada apenas ao conjunto de imagens produzidas no próprio regime militar. A repetição de imagens provindas de longas tradições, profundamente arraigadas no imaginário social acreano e brasileiro foi uma das formas mais eficazes encontradas pelos líderes do regime militar para agregar e fazer convergir as vozes dissonantes.

Como “heróis”, cabe a eles à tarefa de “reconstrução”, porque suas atitudes tão acertadas (“lavar um tento”), são voltadas para salvar a nação. Assim, as suas posições e os atos da “revolução” encerram, pode-se afirmar, um caráter “messiânico”, as forças armadas têm um “alto espírito” e fizeram um “verdadeiro milagre”, porque “salvaram o Brasil do perigo comunista”. Esse caráter de messianismo, por fim, é coroado com a lição de simplicidade já que eles, militares, a partir de seu **espírito** democrático, têm um “desapego à coisa pública”.

O período anterior à revolução é visto como “a coisa”, ou seja, caracterizado por uma nomeação de caráter genérico, já que “a coisa” pode referir-se a ‘objeto ou ser inanimado, ‘o que existe ou pode existir’, a ‘negócio’, ‘fato’ ‘acontecimento’ ou um “transe”, remetendo-se assim a uma total indefinição do seu significado, mas, ao mesmo tempo, indicando ser algo de conhecimento prévio, na medida em que “coisa” — o fato, o período — é precedida do determinante “a”.

Os comunistas e suas ações eram taxadas como perigosas. Logo, o período anterior à “revolução” é colocado como um “transe”, que tem como um dos seus significados ‘angústia’, ‘aflição’, mas também ‘grande apreensão do mal que se crê próximo’. Possivelmente, pelo mesmo fato, ao povo se atribui um papel passivo e que, por conta disso, precisa ser “salvo”, curado desse “ferimento social”, porque esteve “à beira do abismo”, “destruído”, correndo “perigo”.



Volta-se de novo aqui à idéia de um messianismo, de uma formação discursiva, de uma concepção pré-construída sobre a qual se baliza o discurso dos jornais O Juruá e O Rebate, levando o seu leitor a uma possível e fácil associação dos militares com o *bem* e dos comunistas com o *mal*.

Nesse sentido, a construção discursiva dos jornais O Juruá e o Rebate remete a algo pré-estabelecido, porque estruturam os fatos a partir de uma dicotomização já existente em outro discurso, o discurso religioso.

Os textos desses jornais, ao se nutrirem e ao se tecerem dessa dualidade, constroem interpretações dos fatos e, ao fazê-lo, reforçam ainda mais os discursos dos próprios militares. Sendo assim, pode-se afirmar que o sujeito que por eles “fala” não é apenas o seu editor, com sua biografia, mas aquele tem seu discurso perpassado por outros discursos e, a partir dos quais, construiu interpretações nos únicos veículos de mídia escrita do vale do Juruá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud et alii. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992. 196 p.
- BACCEGA, M. A. *Palavra e discurso: história e literatura*. São Paulo, Ática, 2000. 96 p.
- BONIFÁCIO, M. I. G. C. *Os discursos nas redes do poder: as vozes sociais nos editoriais dos jornais “O Rio Branco” e o Varadouro*. Rio Branco, 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação, Letras e Artes, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2008.
- BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1994. 96 p.
- CHARAUDEAU, P.. Psychologie sociale et réception médiatique télévisuelle. In: **Anais do segundo Encontro franco-brasileiro de análise do discurso: o discurso da mídia**. Rio de Janeiro: CIAD, 1997. p.21-29.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. 554 p.
- COURTINE, J-J. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006. 157 p.
- FIORIN, J. L. *O regime de 64: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988. 87 p.
- _____. *Linguagem e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990. 158 p.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. Ijuí: Fidene, 1973. 20 p.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993. 198 p.
- MIGUEL, L. F. *O jornalismo como sistema perito*. *Tempo social: Revista de Sociologia da USP*, v. 11, n. 1, 1999, p. 197-208.
- MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à lingüística*. 4. ed. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2004. 270 p.
- OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979. 200 p.



PINTO, M. J. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 2002. 123 p.

Documentos on-line consultados: A ditadura militar. Disponível em <http://www.culturabrasil.org/ditadura.htm> Acessado em 01 de junho de 2009.